

Legislação Aplicável ao Projeto Salobo

Nº	Origem	Documento	Tema	Assunto/Obrigaçao
1	Federal	Constituição da República Federativa do Brasil	Meio Ambiente	Estabelece a forma do Estado, do governo, o modo de aquisição e o exercício do poder, seus órgãos e os limites de sua ação/ Contém Capítulo sobre o Meio Ambiente
2	Federal	Lei 3.924/61	Arqueologia	Dispõe sobre os Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos
3	Federal	Lei 4.771/65	Código Florestal	Institui o Código Florestal / Proíbe a execução de desmates nas áreas de preservação permanente sem autorização do IBAMA/Institui a Reserva Legal
4	Federal	Lei 5.197/67	Fauna	Dispõe sobre a proteção à fauna / Proíbe a destruição, caça e apanha
5	Federal	Lei 6.902/81	Unidades de Conservação	Dispõe sobre as Estações Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambiental - APA's
6	Federal	Lei 6.938/81	Política Nacional de Meio Ambiente	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente /Proíbe a poluição e obriga o licenciamento/ Determina a utilização adequada dos recursos ambientais
7	Federal	Lei 7.347/85	Danos e crimes ambientais	Disciplina a Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente
8	Federal	Lei 9.433/97	Política Nacional de Recursos Hídricos	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos / Exige a anuência do órgão competente para a captação de águas públicas
9	Federal	Lei 9.605/98	Crime Ambiental	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao Meio Ambiente
10	Federal	Lei 9.795/99	Educação Ambiental	Dispõe sobre educação ambiental/ Atribui às empresas, o dever de promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores.
11	Federal	Lei 9.984/00	Gestão de Recursos Hídricos	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA
12	Federal	Lei 9.985/00	Unidades de Conservação	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC
13	Federal	Lei 10.165/00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	Altera a Lei 6.938/81, institui a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental- TCFA
14	Federal	Lei 10.295/01	Energia	Dispõe sobre a política nacional de Conservação e Uso Racional de Energia
15	Federal	Lei 10.650/03	Sistema Nacional de Informações Ambientais	Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações ambientais existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA
16	Federal	Decreto- Lei 227/67	Código de Mineração	Institui o Código de Mineração/ Exige a anuência da União para o exercício das atividades minerárias/ Proíbe a poluição do ar e da água
17	Federal	Decreto 62.934/68	Mineração	Aprova o regulamento do Código de Mineração/ Exige a anuência da União para o exercício das atividades minerárias/ Proíbe a poluição do ar e da água
18	Federal	Decreto 96.044/88, alterado pelo Decreto 4.097/02	Transporte Produtos Perigosos	Aprova o Regulamento do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos
19	Federal	Decreto 97.632/89	PRAD	Dispõe sobre o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD
20	Federal	Decreto 99.274/90	Licenciamento Poluição Punições	Regulamenta as Leis nºs 6.902/81 e 6.938/81/ Obriga o licenciamento e proíbe a poluição
21	Federal	Decreto 99.280/90	Atmosfera	Promulga a Convenção de Viena sobre a Proteção da Camada de Ozônio e o Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a Camada de Ozônio
22	Federal	Decreto 99.556/90	Espeleologia	Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no Território Nacional e dá outras providências.
23	Federal	Decreto 1.282/94	Flora / Exploração Florestal	Dispõe sobre as Exploração Florestal na Região Amazônica
24	Federal	Decreto 2.612/98 Alterado pelo Decreto 3.978/01 e 4.174/02	Gestão de Recursos Hídricos	Regulamenta, parcialmente, a Lei 9.433/97, no que se refere ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos
25	Federal	Decreto 2.661/98	Flora Incêndio	Estabelece normas de precaução ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais
26	Federal	Decreto 2.486/89	FLONA Carajás	Cria a Floresta Nacional de Carajás, no Estado do Pará, e dá outras providências.
27	Federal	Decreto 97.718/89	APA do Igarapé Gelado	Cria a Área de Preservação Ambiental do Igarapé Gelado, no Estado do Pará, e dá outras providências.
28	Federal	Decreto 97.719/89	Reserva Biológica do Tapirapé	Cria a Reserva Biológica do Tapirapé, no Estado do Pará, e dá outras providências.
29	Federal	Decreto 97.720/89	FLONA Tapirapé-Aquiri	Cria a Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri, no Estado do Pará, e dá outras providências.
30	Federal	Decreto 2.480/98	FLONA Itacaiunas	Cria a Floresta Nacional do Itacaiunas, no Estado do Pará, e dá outras providências.
31	Federal	Decreto 3.179/99, alterado pelo Decreto 4.592/03	Crime Ambiental	Regulamenta a Lei 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao Meio Ambiente
32	Federal	Decreto 4.059/01	Energia	Institui o Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética- CGIEE, encarregado de implementar a aplicação da Lei nº 10.295/01, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação de Energia
33	Federal	Decreto 4.136/02	Água Poluição	Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis pro poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei 9.966/00/

Legislação Aplicável ao Projeto Salobo				
Nº	Origem	Documento	Tema	Assunto/Obrigaçao
34	Federal	Decreto 4.281/02	Educação Ambiental	Regulamenta, parcialmente, a Lei nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental/Atribui aos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação a competência para definir, até fev/03 as diretrizes para implementação da Política Nacional de Educação Ambiental
35	Federal	Decreto 4.297/02	ZEE Zoneamento Econômico Ecológico	Estabelece os critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, instrumento de organização do território previsto na Política Nacional do Meio Ambiente, a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades
36	Federal	Decreto 4.340/02	Unidades de Conservação	Regulamenta, parcialmente, a Lei 9.985/00, que dispõe sobre a criação das Unidades de Conservação, planos de manejo, formas de fixação das medidas compensatórias e autorização para a exploração de produtos, sub-produtos ou serviços delas inerentes
37	Federal	Decreto 4.339/02	Biodiversidade	Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade

Legislação Aplicável ao Projeto Salobo				
Nº	Origem	Documento	Tema	Assunto/Obrigaçao
38	Federal	Decreto 4.340/02	Meio Ambiente - Unidades de Conservação	Determina os procedimentos para criação das Unidades de Conservação
39	Federal	Decreto 4.541/02	Energia	Regulamenta, parcialmente, a Lei 10.438/02, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial/ Cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA
40	Federal	Portaria MINTER 53/79	Resíduos Lixo Solo	Estabelece normas para disposição de resíduo sólidos / Proibe a utilização do solo como destinação final de resíduos
41	Federal	Portaria MINTER 100/80	Ar Veículos	Estabelece que as emissões de fumaça de veículos movidos a diesel não podem ultrapassar os padrões da escala de Ringelmann
42	Federal	Portaria MINTER 124/80	Água	Exige sistema de contenção para as atividades poluidoras situadas a menos de 200m dos cursos d'água
43	Federal	Portaria Normativa IBAMA 149/92	Flora / Exploração Florestal	Dispõe sobre o registro no IBAMA dos comerciantes e proprietários de moto-serras
44	Federal	Portaria IBAMA 85/96	Ar / Veículos	Dispõe sobre o Programa Interno de Autofiscalização e Correta Manutenção da Frota
45	Federal	Portaria DNC 27/96	GLP	Estabelece as condições de segurança dos recipientes transportáveis de GLP
46	Federal	Portaria Ministério Transportes 204/97, alterada pelas Portarias MT 254/01 e MT 170/01	Transporte Produtos Perigosos	Dispõe sobre o Transporte Rodoviário e Ferroviário de Produtos Perigosos
47	Federal	Portaria Agência Nacional do Petróleo 80/99	Ar	Proibe a utilização de óleos combustíveis com teores de enxofre acima dos que estabelece
48	Federal	Portaria Agência Nacional do Petróleo 127/99	Resíduos/ Óleo Lubrificante	Regulamenta a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado
49	Federal	Portaria Agência Nacional do Petróleo 128/99	Resíduos/ Óleo Lubrificante	Regulamenta a atividade de rerefino do óleo lubrificante usado ou contaminado
50	Federal	Portaria IBAMA/PA 03/00	Flora / Exploração Florestal	Dispõe sobre a formalização de processos administrativos de exploração florestal
51	Federal	Portaria IBAMA 08/00	Flora / Exploração Florestal	Estabelece critérios e procedimentos para empresas e entidades que devem atuar com Programas de Fomento Florestal.
52	Federal	Portaria IBAMA 09/00	Plano de Manejo Florestal	Dispõe sobre a apresentação de Planos de Manejo Florestal
53	Federal	Portaria IPHAN 230 de 17/12/02	Licenciamento Ambiental de Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos Nacionais	Estabelece procedimento para obtenção das licenças prévia, de instalação e de operação para empreendimentos capazes de afetar o patrimônio arqueológico.
54	Federal	Portaria MT 349/02	Fiscalização do Transporte de Produtos Perigosos	Aprova as Instruções para a Fiscalização do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos no Âmbito Nacional.
55	Federal	Resolução CONAMA 06/86	Licenciamento	Determina a publicação dos requerimentos de licenças ambientais
56	Federal	Resolução CONAMA 20/86	Qualidade de Água Efluentes Líquidos	Estabelece Normas e Padrões de Classificação de Águas e de Lançamento de Efluentes Líquidos
57	Federal	Resolução CONAMA 09/87	Audiência Pública	Regulamenta a realização de Audiência Pública
58	Federal	Resolução CONAMA 05/89	Ar	Dispõe sobre o Programa Nacional da Qualidade do Ar - PRONAR
59	Federal	Resolução CONAMA 01/90	Poluição Sonora	Estabelece Normas referentes à Poluição Sonora e à Emissão de Ruídos
60	Federal	Resolução CONAMA 03/90	Ar	Estabelece padrões de qualidade do ar, previstas no Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar - PRONAR
61	Federal	Resolução CONAMA 08/90	Ar	Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes para processos de combustão externa em fontes novas fixas
62	Federal	Resolução CONAMA 09/90	Licenciamento de Pesquisa Mineral	Determina que a realização da pesquisa mineral quando envolver o emprego de guia de utilização, também fica sujeita ao licenciamento ambiental pelo órgão competente
63	Federal	Resolução CONAMA 13/90	Unidade de Conservação	Dispõe sobre o entorno das Unidades de Conservação
64	Federal	Resolução CONAMA 05/93	Resíduos Lixo Hospitalar	Define procedimentos mínimos para o gerenciamento e tratamento de resíduos sólidos oriundos de Serviços de Saúde
65	Federal	Resolução CONAMA 09/93	Resíduos Óleos Lubrificantes	Dispõe sobre os óleos lubrificantes usados ou contaminados
66	Federal	Resolução CONAMA 02/96	Licenciamento	Dispõe sobre a criação de Unidades de Conservação em empreendimentos de relevante impacto ambiental
67	Federal	Resolução CONAMA 237/97	Licenciamento	Dispõe sobre Licenciamento Ambiental / Estabelece prazo para concessão e validade das licenças ambientais/Estabelece quais são as atividades passíveis de licenciamento ambiental
68	Federal	Resolução CONAMA 257/99	Resíduos Sólidos	Dispõe sobre o descarte de pilhas e baterias/ Determina aos usuários, a devolução do produto, após o seu esgotamento energético, aos comerciantes, fabricantes, importadores ou distribuidores
69	Federal	Resolução CONAMA 258/99	Resíduos Sólidos	Proibe a destinação final inadequada de pneus inservíveis e veda a queima a céu aberto e a disposição em aterros sanitários, mar, rios, lagos ou riachos e terrenos baldios ou alagadiços

Legislação Aplicável ao Projeto Salobo				
Nº	Origem	Documento	Tema	Assunto/Obrigaçao
70	Federal	Resolução CONAMA 267/00	Atmosfera	Regulamenta a importação, a produção, a comercialização e uso das substâncias que destroem a Camada de Ozônio/Determina o cadastramento no IBAMA dos consumidores de mais de 200kg/ano de CFC
71	Federal	Resolução CONAMA 273/00, alterada pela Resolução CONAMA 319/02	Licenciamento	Obriga ao prévio licenciamento do órgão ambiental competente, a instalação e operação, de instalações de abastecimento de combustíveis.
72	Federal	Resolução CONAMA 274/00	Qualidade da Água	Altera a Resolução CONAMA 20/86 - Estabelece os padrões de balneabilidade das águas
73	Federal	Resolução CNRH 16/01	Recursos Hídricos / Outorgas	Estabelece condições e procedimentos para concessão de outorga de direito de usos de recursos hídricos federais.
74	Federal	Resolução CONAMA 275/01	Resíduos Coleta Seletiva Cores	Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, e recomenda sua adoção na identificação de coletores e transportadores
75	Federal	Resolução CNRH 17/01	Gestão de Recursos Hídricos	Dispõe sobre a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas.
76	Federal	Resolução CONAMA 281/01	Licenciamento	Determina a publicação dos requerimentos de licenças ambientais
77	Federal	Resolução CONAMA 283/01	Resíduos Sólidos Ambulatoriais PGRSS	Dispõe sobre o Plano de Gerenciamento de Serviços de Saúde, documento a ser elaborado e apresentado à análise e aprovação do órgão ambiental competente
78	Federal	Resolução CONAMA 293/01 Republicada em 29.04.02	Água Poluição	Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo originados em portos organizados, instalações portuárias ou terminais, dutos, plataformas e de suas respectivas instalações de apoio
79	Federal	Resolução CONAMA 303/02	Áreas de Preservação Permanente	Estabelece parâmetros, definições e limites referentes às Áreas de Preservação Permanente Revoga a Resolução CONAMA 04/85
80	Federal	Resolução CONAMA 313/02	Resíduos/ Inventário	Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos e aprova o novo modelo a ser apresentado ao órgão estadual de meio ambiente até 22.11.03/ Relaciona as empresas obrigadas à apresentação do Inventário/ Estabelece, a partir de 22.01.03, a obrigação de registrar mensalmente dados sobre a geração e destinação dos resíduos Revoga a Resolução CONAMA 06/88
81	Federal	Resolução CONCLA 06/02	Inventário Nacional de Resíduos	Aprova e divulga a estrutura da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, que é a referência utilizada pela Resolução CONAMA 313/02 para indicar as atividades sujeitas à elaboração do Inventário Nacional de Resíduos
82	Federal	Resolução ANVISA RDC 33/03	Resíduos/ Serviço de Saúde	Aprova o Regulamento Técnico para o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde/ Estabelece prazo, até 05.03.04, para a adequação do gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde às exigências do referido Regulamento
83	Federal	Instrução Normativa IBAMA 06/01	Água Poluição	Divulga a lista de substâncias nocivas ou perigosas às águas sob jurisdição nacional mencionadas na Lei 9.966/00
84	Federal	Instrução Normativa IBAMA 10/01, Alterada pela Instrução Normativa IBAMA 16/01	Cadastro Técnico Federal de Atividades Poluidoras	Dispõe sobre o registro no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, e sobre a apresentação do relatório anual de atividades. Revoga a Portaria IBAMA 113/97
85	Federal	Instrução Normativa MMA 03/02	Flora / Desmate	Define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal;
86	Federal	Instrução Normativa MMA 04/02	Flora Manejo Florestal	Define os procedimentos relativos às atividades de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo na Amazônia Legal
87	Federal	Instrução Normativa IBAMA 07/02 Alterada pela IN IBAMA 23/02	Infrações/ Processo Administrativo	Regulamenta o processo administrativo para apuração das infrações e aplicação das penalidades, estabelece prazos e condições para apresentação de Defesas e Recursos
88	Federal	Medida Provisória 2166-67/01	Código Florestal	Altera a Lei 4.771/65 e acresce dispositivos que institui o Código florestal
89	Estadual	Constituição do Estado do Pará	Meio Ambiente	Dispõe sobre a organização político-administrativa do Estado do Pará/ Contém Capítulo sobre o Meio Ambiente
90	Estadual - Pará	Lei 5.088/83	Incêndio	Estabelece normas de proteção e prevenção contra incêndio
91	Estadual - Pará	Lei 5.630/90	Gestão de Recursos Hídricos	Estabelece normas para a preservação de áreas dos corpos aquáticos
92	Estadual - Pará	Lei 5.864/94	Flora / Áreas de Preservação Permanente	Regulamenta o inciso II do art. 255, da Constituição do Estado do Pará, no que se refere à definição de áreas de preservação permanente
93	Estadual Pará	Lei 5.887/95	Poluição Licenciamento Recursos Ambientais	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente /Proíbe a poluição e obriga o licenciamento
94	Estadual Pará	Lei 5.977/96	Fauna	Dispõe sobre a proteção à fauna silvestre
95	Estadual Pará	Lei 6.251/99	Certificação Ambiental de Produtos	Institui o "Selo Ecológico" com o objetivo de identificar produtos fabricados, produzidos e comercializados, no Estado do Pará, que não causem danos ao meio ambiente
96	Estadual - Pará	Lei 6.381/01	Política Estadual de Recursos Hídricos	Dispõe sobre a Política Estadual dos Recursos Hídricos, Institui o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Revoga a Lei nº 6.105/98

Legislação Aplicável ao Projeto Salobo				
Nº	Origem	Documento	Tema	Assunto/Obrigação
97	Estadual - Pará	Lei 6.462/02	Política estadual de Florestas	Dispõe sobre a Política Estadual de Florestas e demais Formas de Vegeta�o do Estado do Pará
98	Estadual Pará	Lei 6.517/02	Resíduos/ Serviço de Saúde	Dispõe sobre o acondicionamento, coleta e tratamento dos Resíduos de Serviços de Saúde/ Estabelece, para o gerador do resíduo e para o prestador de serviços de coleta, a obriga�o de cadastrar-se na SECTAM e de preparar o local de acondicionamento para coleta dos referidos resíduos
99	Estadual Pará	Decreto 4.856/01	Agrotóxicos	Regulamenta a Lei n� 6.119/98, que dispõe sobre a produ�o, a comercializa�o e o uso dos agrotóxicos, seus componentes e afins no Estado do Pará
100	Estadual Pará	Decreto 5.565/02	Gestão Ambiental	Define a Secretaria Executiva de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM como �rg�o Gestor da Política Estadual de Recursos Hídricos e da Política Estadual de Florestas e demais Formas de Vegeta�o
101	Estadual Pará	Decreto 5.742/02	Cadastro Técnico Estadual de Atividades Poluidoras	Regulamenta o Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais
102	Estadual Pará	Portaria SECTAM 39/92	Licenciamento Ambiental	Dispõe sobre audiências públicas
103	Estadual Pará	Portaria Corpo de Bombeiros 231/01	Incêndio	Regulamenta a aplica�o das normas de prote�o e preven�o contra incêndio
104	Estadual Pará	Resolu�o Comissão Estadual de Acompanhamento da Crise de Energia Elétrica - CEACE 01/01	Energia Recursos Ambientais	Dispõe sobre as metas de consumo de energia elétrica a serem observadas pelas diversas classes de consumidores no Estado do Pará
105	Estadual Pará	Resolu�o COEMA 22/02	Licenciamento	Aprova Termos de Referência para licenciamento ambiental de Projetos de: Aterro Sanitário; Incinera�o de Lixo Doméstico e/ou Hospitalar; Abertura/Melhoria de Estradas; Drenagem de �guas Pluviais; Cais de Arrimo; Atividades Agroflorestais ou Industriais e Centrais de Carboniza�o.
106	Estadual Pará	Resolu�o COEMA 23/02	Gestão Ambiental	Estabelece para a SECTAN competência para exercício de Poder de Polícia para as atividades que especifica
107	Estadual Pará	Resolu�o COEMA 24/02	Gestão Ambiental	Estabelece para a SECTAN competência para exercício de Poder de Polícia para as atividades que especifica
108	Federal	NR- 21- Trabalho a céu aberto. Alterada pela Portaria MTb 2.037/99	Segurança do Trabalho	Dispõe sobre as condi�o de trabalho a céu aberto
109	Federal	NR-22- Minera�o Alterada pela Portaria SIT 27/02	Segurança do Trabalho	Dispõe sobre segurança e saúde ocupacional na minera�o
110	Federal	NBR9653	Explosivos - vibra�es e pressão acústica	Guia para avalia�o dos efeitos provocados pelo uso de explosivos nas minera�es em áreas urbanas.